

OPINATIVOS E DE REVISÃO

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: APONTAMENTOS PARA REFLEXÃO

Rita Cássia Pereira Bueno¹; Paulo Rennes Marçal Ribeiro²

HISTORY OF SEXUAL EDUCATION IN BRAZIL: REFLECTION POINTS

HISTORIA DE LA EDUCACIÓN SEXUAL EN BRASIL: APUNTES PARA REFLEXIÓN

Resumo: Este artigo traça um panorama da Educação Sexual no Brasil, apontando os principais marcos históricos e as iniciativas mais importantes que visaram a implantação da Educação Sexual no país. Inicia sua análise histórica nas primeiras décadas do século XX, centrando nos anos 1960 e seguintes. Os anos 1940-1950 constituíram um período de vasta produção bibliográfica, os anos 1960 foram os anos das primeiras ações efetivas de Educação Sexual em escolas e os anos 1980 o período em que órgãos de governos municipais e estaduais desenvolveram projetos de Educação Sexual.

Palavras-chave: Educação Sexual. História da Educação Sexual. Sexualidade no Brasil.

Abstract: This article outlines a panorama of Sexual Education in Brazil, pointing out the main historical milestones and the most important initiatives that aimed the implantation of sexual education in the country. It begins its historical analysis in the first decades of century XX, focusing in years 1960 and following. The years 1940-1950 constituted a period of vast bibliographical production, the 1960s were the years of the first effective sexual education in schools and the 1980s the period in which municipal and state government bodies developed sexual education projects.

Keywords: Sexual education. History of sex education. Sexuality in Brazil.

Resumen: Este artículo traza un panorama de la Educación Sexual en Brasil, apuntando los principales hitos históricos y las iniciativas más importantes que visaron la implantación de la Educación Sexual en el país. Inicia su análisis en las primeras décadas del siglo XX, centrándose en los años 1960 y siguientes. Los años 1940-1950 constituyeron un período de vasta producción bibliográfica, los años 1960 fueron los años de las primeras acciones efectivas de Educación Sexual en escuelas y los años 1980 el período en que órganos de gobiernos municipales y estatales desarrollaron proyectos de educación sexual.

Palabras clave: Educación Sexual. Historia de la educación sexual. Sexualidad en Brasil.

A história da Educação Sexual no Brasil tem sido estudada por alguns autores ao longo dos últimos 30 anos, entre eles, Bedin (2016), Chauí (1984), Figueiró (1998), Pinheiro (1997), Ribeiro (2004, 2013), Rosemberg (1985), Russo e Rohden, (2011) e Silva (2002). De 1984 para cá, esses estudiosos têm se dedicado a sistematizar as intervenções, eventos e publicações que se referem ao encontro entre a sexualidade e a educação em diferentes momentos sociopolíticos do país.

Ribeiro (2004) descreve o que ele chama de momentos da Educação Sexual no Brasil, identificando

e descrevendo seis períodos que demarcam transformações no campo da sexualidade e da Educação Sexual no país. Devido ao foco desta pesquisa, iremos apresentar com mais detalhes apenas os dados a partir do quarto momento, que se refere à década de 1960, além de contextualizar o terceiro momento, que se refere ao período por volta de 1920 até a década de 1950. Contudo, antes apresentaremos brevemente os dois primeiros momentos.

Para Ribeiro (2004, p. 16), o primeiro momento remete ao Brasil Colônia, no qual era marcante o “sexo

¹ Licenciada em Ciências Biológicas e Mestre em Educação Sexual. Professora de Ensino Fundamental e Médio. E-mail: ritabueno@bol.com.br

² Psicólogo, Mestre em Educação e Doutor em Saúde Mental. Professor Livre-Docente na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), em Araraquara. E-mail: paulorennes@fclar.unesp.br

pluriétnico libidinoso para o homem; submissão e repressão do comportamento sexual da mulher; e normas, regras e condenações por parte da Igreja”. O segundo momento ocorre no século XIX, no qual é expressivo o “controle da sexualidade e das práticas sexuais licenciosas (originadas na Colônia) sob a normatização da moral médica” (RIBEIRO, 2004, p. 17).

Já o *terceiro momento* ocorre nas primeiras décadas do século XX, especialmente a partir de 1920; livros que abordam a sexualidade são publicados por médicos, professores e sacerdotes, com o objetivo de orientar as práticas sexuais dos indivíduos (RIBEIRO, 2004). Alguns desses livros, publicados ainda na década de 1920, são: *Perfil da mulher brasileira*, publicado em 1924, por Antonio Austregesilo; e *Introdução ao estudo da patologia sexual* e *Da impotência sexual do homem*, ambos publicados em 1928, por José de Albuquerque (REIS; RIBEIRO, 2004).

De acordo com Ribeiro (2013), a discussão sobre a inclusão de questões referentes à sexualidade no currículo escolar começa a tomar forma no Brasil no início do século XX, como resultado das influências das concepções médico-higienistas do século XIX. Nesse cenário o foco era o combate à masturbação e às doenças venéreas, além do preparo da mulher para ser esposa e mãe. Preocupava-se também com a questão da prostituição e de uma nova “ordem médica e norma familiar” na qual à mulher era atribuído o papel de cuidar da saúde e da educação dos filhos, realizando uma ponte entre a medicina higienista e o interior das famílias (COSTA, 1991; RIBEIRO, 2013; SILVA, 2002).

Segundo Figueiró (1998), os primeiros trabalhos de Educação Sexual no Brasil ocorreram nas décadas de 1920 e 1930, a partir das iniciativas de educadores e médicos que defendiam a Educação Sexual na escola. Silva (2002) enfatiza o aspecto biologizante da Educação Sexual nesse período, afirmando que a partir da década de 1920 começa a surgir preocupação em ensinar nas escolas a fisiologia sexual nos moldes do discurso higienista, a fim de modernizar os conhecimentos no país com base no que se discutia em países europeus. Para Figueiró (1998), médicos e educadores eram motivados pela melhoria da saúde das mulheres e um aumento do conhecimento sobre elas, mas sem a intenção de modificar seu lugar na sociedade. Tratava-se, em vez disso, de uma motivação de cunho moralista e biológico, que encontrava na Educação Sexual uma forma de evitar a “[...] perversão moral”, as “psicoses sexuais” e assegurar a “saúdável reprodução da espécie” (BRUSCHINI; BARROSO, 1986 apud FIGUEIRÓ, 1998, p. 124). Por outro lado, o movimento feminista da época (década de 1920), liderado por Bertha Lutz, tinha uma motivação política diferente: implantar a Educação Sexual nas escolas com o objetivo de proteção à infância e à maternidade (RIBEIRO, 2013).

A primeira tentativa de incluir a Educação Sexual no currículo escolar ocorreu em 1930, no Colégio Batista do Rio de Janeiro. A experiência prosseguiu por vários anos até a demissão e processo, em 1934, do professor responsável pelo projeto (FIGUEIRÓ, 1998). De acordo com Rosemberg (1985, p. 12), “[...] a Igreja Católica constituiu um dos freios mais poderosos, até a década de 60, para que a Educação Sexual formal penetrasse no sistema escolar brasileiro.” De acordo com a autora, a Igreja Católica ocupava uma posição de destaque na tomada de decisões a respeito dos rumos da educação nacional. Tendo a Igreja Católica um posicionamento repressivo em relação à sexualidade, a transmissão de informações a respeito do tema, bem como as manifestações sexuais entre os estudantes eram fortemente reprimidas (ROSEMBERG, 1985).

De acordo com Chauí (1984), a Igreja Católica compreende o sexo como essencialmente atado ao pecado, à morte e à finitude, devendo ser tratado com continência ou mesmo abstinência, ainda que ao longo da história tenham sido permitidas “concessões” que acompanharam as mudanças sociais e formulações filosóficas. O casamento, por exemplo, desde o século XIII, tem sido compreendido como um “mal menor”, uma alternativa àqueles que não conseguem se manter virgens.

Segundo Chauí (1984, p. 96), Santo Agostinho aponta para uma relação entre a curiosidade, ou o desejo de saber, e o sexo, “[...] donde a necessidade de conter a curiosidade, tanto dos olhos como do intelecto, preparando, com isso, a ação repressiva que o cristianismo iria exercer sobre o desejo de conhecimento [...]”. Nesse sentido, a Educação Sexual pode trazer o temor de se tocar sobre um assunto que não deveria ser conhecido. Afinal, foi justamente o contato humano com a “árvore do conhecimento” que fez Adão e Eva serem expulsos do paraíso e que fez com que surgisse o “pecado original”.

Voltando à argumentação de Rosemberg (1985), não é que até a década de 1960 não se falava sobre sexualidade, mas tratava-se da veiculação controlada de um discurso específico, pautado em diretrizes da Igreja que tratavam a sexualidade como algo pecaminoso, que deveria voltar-se apenas à reprodução. Nessa empreitada de controle da expressão sexual, editoras católicas publicaram livros de orientação que tratavam a sexualidade como algo negativo e que deveria ser vigiado e controlado. Também era comum que produções culturais consideradas “subversivas” se tornassem alvo de campanhas criadas ou apoiadas pela Igreja, que acabavam até mesmo por influenciar autoridades políticas (ROSEMBERG, 1985).

Não podemos nos esquecer, no entanto, que essa era uma posição da Igreja e que, nos anos 1930-1950, para contrapor esse posicionamento, tivemos muitos autores

não ligados a essa ala religiosa que publicaram obras propondo e defendendo a Educação Sexual.³

A situação só começa a se modificar após o Concílio Vaticano II, quando algumas ordens religiosas passam a ver a sexualidade de forma diferente, devido ao novo valor atribuído a esta no plano da criação divina: de acordo com o Frei Eliseu Lopes, “[...] o homem é imagem de Deus não apesar do sexo, mas imagem de Deus graças ao sexo” (LOPES, 1967 apud ROSEMBERG, 1985, p. 13). Chauí (1984, p. 100) explicita como “[...] o amor profano recupera dignidade” no decorrer do século XX devido a três causas precisas: 1 - a importância social dada ao amor na arte, literatura e outras expressões culturais, e a consequente necessidade de trazê-lo para o casamento, onde a Igreja poderia tê-lo sob regulação e, com isso, conservar o controle social; 2 - a ideia da natureza como auxílio da graça divina, que já estava sendo desenvolvida na sociedade cristã, ainda que por muito tempo estivesse silenciada; 3 - por razões políticas, ao alçar o amor como forma de valorizar a família, o que busca se opor aos movimentos socialistas que à época – meados do século XX – representavam uma ameaça aos interesses da Igreja, já que esses movimentos criticavam a família enquanto instituição repressiva burguesa. Assim, o amor “carnal” passa a ser valorizado, desde que entendido como parte das uniões monogâmicas heterossexuais reprodutivas.

Desse modo, a partir da década de 1960, alguns colégios católicos passaram a desenvolver programas de Educação Sexual, assim como várias outras instituições educacionais, que serão mencionadas logo após a contextualização deste período (FIGUEIRÓ, 1998; ROSEMBERG, 1985).

Durante a década de 1960 ocorre a implementação de programas de Educação Sexual em algumas escolas do país, o que só pôde ser possível devido às transformações culturais, políticas e sociais da época, que tiveram efeitos sobre os comportamentos sexuais e demandaram a discussão sobre o tema (BEDIN, 2016; PINHEIRO, 1997; RIBEIRO, 2004; RIBEIRO, 2013; ROSEMBERG, 1985). Ribeiro (2004) chama esse período de quarto momento da Educação Sexual no Brasil.

De acordo com Pinheiro (1997), o início da década de 1960 foi marcado pela instabilidade política e forte presença das forças armadas nas decisões do governo. No entanto, às vésperas do Golpe de Estado de 1964, havia ainda um clima de liberdade de imprensa e forte representatividade do movimento estudantil e outros movimentos sociais. No campo da cultura a juventude brasileira era influenciada pelo fenômeno do *rock'n'roll*, movimento de intenso conteúdo crítico. No campo dos movimentos sociais grupos internacionais de feministas e jovens

contestavam os padrões sociais vigentes, contribuindo para a liberação sexual no país. Como aponta Bedin (2016), havia uma mentalidade favorável à Educação Sexual na década de 1960, possibilitada pelos sexólogos pioneiros no Brasil, entre eles José de Albuquerque e Hernani de Irajá, além de autores que publicaram obras sobre sexualidade nas décadas anteriores, como Hernesto Then de Barros e Imídio Giuseppi Nérici. De acordo com Figueiró (1998), houve no país um aumento do interesse pela discussão sobre Educação Sexual.

Assim, na década de 1960, alguns anos antes e durante o início do regime militar, na segunda metade dessa década, algumas experiências de Educação Sexual começaram a ser desenvolvidas na rede de ensino, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e em São Paulo. Em São Paulo, tais iniciativas surgem em escolas que propunham uma renovação pedagógica: o Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), os ginásios vocacionais, o Grupo Experimental Dr. Edmundo de Carvalho e os ginásios pluricurriculares experimentais (GEPEs) (FIGUEIRÓ, 1998; RIBEIRO, 2004, 2013; ROSEMBERG, 1985).

Entre 1961 e 1969 foi realizada uma experiência de Educação Sexual nos colégios vocacionais do estado de São Paulo, relatada por Pimentel e Sigrist (1971 apud FIGUEIRÓ, 1998). As atividades ocorriam em forma de orientação em grupo, atendimento individual ao aluno, trabalho com os pais e realização de seminários de estudos para os profissionais envolvidos. Essa intervenção era integrada ao currículo como um todo e fazia parte da programação das seguintes disciplinas: Estudos Sociais, Português, Ciências, Educação Física, Educação Musical, Educação Doméstica, Artes Plásticas e Artes Industriais (FIGUEIRÓ, 1998).

Figueiró (1998) relata uma experiência realizada por Maria José Werebe (1977), entre 1963 e 1968, no Colégio de Aplicação, em São Paulo, experiência contada no livro *A Educação Sexual na escola*. Tratou-se de uma intervenção realizada com grupos mistos – meninos e meninas – dentro do horário escolar regular, em quatro ciclos com alunos da primeira série ginasial e em dois ciclos com alunos da segunda série ginasial. Cada ciclo era composto por uma média de nove encontros, sendo que os quatro primeiros eram voltados à discussão de informações biológicas, dados por um professor de Ciências, os demais sob a responsabilidade de um “orientador”, que coordenava as discussões.

Os assuntos discutidos surgiam dos interesses dos próprios alunos e de sugestões da orientadora educacional, com o cuidado de, além de transmitir informações, produzir um ambiente que fosse favorável à livre expressão de dúvidas a respeito da vida sexual. Como foi

³ Sobre a educação sexual nas as primeiras décadas do século XX, sugerimos a leitura de Reis e Ribeiro (2004, p. 27-71).

dito anteriormente, o projeto contava com atendimento individual, trabalho grupal, trabalho com pais e capacitação. Entre as conclusões do projeto destacam-se os seguintes ensinamentos: 1 - parte do sucesso foi determinado pelo interesse prévio dos alunos pelas questões trabalhadas; 2 - a Educação Sexual em grupo e individual completaram-se satisfatoriamente; 3 - programas desenvolvidos com os pais foram importantes para que eles compreendessem o trabalho realizado com os alunos, “aceitassem” a sexualidade dos filhos e se sentissem encorajados a falar sobre o tema com os jovens; 4 - as discussões em grupo possibilitaram o que a autora chamou de “liberação da palavra” (WEREBE, 1977). A experiência teve fim em decorrência de uma crise política ocorrida na escola no ano de 1967 (FIGUEIRÓ, 1998).

Também a experiência do Grupo Experimental Dr. Edmundo de Carvalho associava o projeto aplicado com os alunos a um trabalho com os pais. Tratava-se, em parte, de integrar os pais ao processo para fortalecer as iniciativas, o que aumentava a segurança dos professores diante de um contexto político de controle atento por parte do Estado sobre suas práticas (ROSEMBERG, 1985).

Ainda de acordo com Ribeiro (2004), foram implantados programas de Educação Sexual no Grupo Escolar Barão do Rio Branco (Belo Horizonte – 1963), no Colégio Pedro Alcântara, Infante Dom Henrique, Orlando Rouças, André Maurois e José Bonifácio (Rio de Janeiro – o primeiro em 1964 e os demais em 1968) e no Ginásio Estadual Pluricurricular Experimental (São Paulo – 1966).

A partir do final da década de 1960 acontecimentos políticos de grande expressividade atingiram de forma negativa o processo de implantação e condução de projetos de Educação Sexual no país, como será explicitado a seguir (FIGUEIRÓ, 1998; RIBEIRO, 2004, 2013; ROSEMBERG, 1985; SILVA, 2002). Segundo Ribeiro (2004), o regime militar imposto pelo Golpe de Estado de 1964 produziu um contexto de redução das liberdades individuais e manifestações da sexualidade, incluindo a restrição da liberdade do debate sobre esse tema. Isso causou um retrocesso na Educação Sexual, com o fechamento de escolas e denúncias de professores que se atreviam a continuar com projetos nessa área, em regime de semiclandestinidade.

Foi nesse contexto político em que imperava uma política de planejamento familiar pró-natalista, existente no interior de um clima mais amplo de puritanismo, autoritarismo e repressão política que, em 1965, o secretário de Educação do estado de São Paulo, Ataliba Nogueira, proibiu professores da rede pública de transmitir informações sobre meios anticoncepcionais e controle de natalidade (FIGUEIRÓ, 1998).

Em 1968, a deputada Júlia Steinbruck (MDB-RJ) apresentou à Câmara dos Deputados um projeto de lei

que propunha a inclusão obrigatória da Educação Sexual nos currículos de 1º e 2º graus. Em 1970, após tramitações burocráticas e recebimento de um parecer favorável do deputado Murilo Badaró (ARENA – MG) e de um contrário, do deputado Rubem Nogueira (ARENA – BA), o projeto foi enviado pelo Ministério da Educação para a Comissão Nacional de Moral e Civismo, onde encontrou entraves: o projeto recebeu pareceres contrários dos três conselheiros consultados: o padre Francisco Leme Lopes, o almirante Benjamim Sodré e o general Moacir Araújo Lopes (BEDIN, 2016; FIGUEIRÓ, 1998; RIBEIRO, 2004, 2013; ROSEMBERG, 1985).

Os pareceres foram unânimes em tratar o debate sobre a sexualidade nas escolas como um risco à “pureza” e à “inocência”. No parecer do almirante Benjamim Sodré, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em 20 de novembro de 1970, em matéria intitulada “Educação sexual não é aprovada” e citada por Rosenberg (1985, p. 14) destacamos o trecho a seguir:

[...] Não ensinar materialmente como a procriação procede para o homem e para a mulher, mas antes exaltar o que caracteriza o sexo masculino, caráter, coragem, responsabilidade, força, proteção, respeito e amor, que, sem egoísmo, mais dá do que recebe; e o sexo feminino: a delicadeza, a bondade, a pureza, a confiança, indo até a doação, ao casamento, à maternidade.

Tais pareceres foram largamente divulgados pela imprensa da época, constituindo-se como uma posição oficialmente contrária às discussões sobre sexualidade no território nacional. De acordo com Rosenberg (1985), ainda que não existisse uma lei oficial que proibisse experiências de programas de Educação Sexual nas escolas, o veto ao projeto de Júlia Steinbruch e os pareceres emitidos funcionaram como um freio às poucas experiências que estavam ocorrendo, desencorajando os profissionais envolvidos, que temiam por represálias, como também aponta Figueiró (1998).

Com o decreto do *Ato Institucional nº 5*, em 13 de dezembro de 1969, houve um recrudescimento e formalização do período de exceção política de então. O Ministério da Justiça foi encarregado de censurar “[...] todo texto contrário à moral e aos bons costumes” (ROSEMBERG, 1985, p. 13). A sexualidade, ainda associada à “subversão”, passa então a figurar como uma questão polêmica e alvo de repressão e de investigações, especialmente quando vinculada à educação de crianças e adolescentes.

As escolas e seus educadores eram estritamente vigiados pelo Estado. Um exemplo disso foi o ocorrido em um colégio particular (cujo nome não é revelado nas referências consultadas) em 1972, onde a leitura do

livro *O caneco de prata*, de João Carlos Marinho [1992],⁴ motivou a reclamação de um pai, ex-militar, desencadeando um longo processo de investigação, interrogatórios e depoimentos, que culminou na demissão de professores (ROSEMBERG, 1985).

Tal processo é representativo do ideal autoritário e moralista que atravessava o sistema educacional brasileiro durante o período do regime militar. Para além das ações de militares e religiosos, Rosenberg (1985) argumenta que a repressão foi incorporada pelos setores do próprio universo educacional em seu funcionamento habitual.

A posição brasileira oficial, formalizada pela conselheira Edília Coelho Garcia, em 1976, situa a Educação Sexual como concernente à família e não prioritária no campo da educação pública. Ainda assim, como aponta Werebe (1978 apud ROSEMBERG, 1985), alguns programas se desenvolveram durante a década de 1970.

Como apontam Pinheiro (1997) e Silva (2002), mesmo no contexto da Ditadura Militar, com a instituição da Lei de Diretrizes e Bases para o ensino do 1º e 2º graus – Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 – foi criada a disciplina Programa de Saúde, fundamentada pelo Parecer nº 2.264. Tal parecer orienta a inclusão da Educação Sexual no 2º grau e possibilita a produção de materiais com conteúdo sobre saúde e Educação Sexual. No entanto, questiona-se sobre o teor desses materiais, já que as Diretrizes orientavam a discussão sobre “desvios dos padrões de normalidade”, além do fato de que a área da saúde apontava para a restrição das publicações a aspectos biológicos da Educação Sexual.

Em 1977, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo elaborara um projeto experimental de Educação Sexual, o qual foi aplicado a partir de 1978 em três escolas (ROSEMBERG, 1985). Contudo, a autora destaca o silêncio que se fez em torno desse projeto, que foi mantido em sigilo durante um tempo.

Rosemberg (1985) também discorre sobre as consequências do contexto político pós-Golpe de Estado nos estudos sobre Educação Sexual. Segundo a autora, eram vários os fatores que justificavam a carência de estudos sobre Educação Sexual no contexto brasileiro, a censura, característica do momento político da época, que incorreu no desaparecimento de relatórios sobre as experiências realizadas; a não priorização do tema dentro do contexto geral de insuficiências educacionais do país;

o padrão acadêmico da época, que não aceitava relatos de experiência – no caso, relatos de experiências de programas de Educação Sexual em escolas. Foi apenas a partir de 1978, marco do processo de abertura política e consequente afrouxamento da censura, que estudos sobre o tema começaram a surgir.

Com a abertura política no ano de 1978, retoma-se oficialmente a Educação Sexual nas escolas, pioneiramente pela Prefeitura Municipal de São Paulo (1978 a 1982) e Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (1980 a 1986). Ribeiro (2004) situa as intervenções na esfera da Educação Sexual após a abertura política como o *quinto momento da Educação Sexual no Brasil*, em que órgãos públicos assumem projetos nas escolas – e não mais professores, como ocorreu na década de 1960.

Em 1978, o debate público sobre a Educação Sexual ressurge. Neste ano, no contexto de recentes indícios sobre um afrouxamento da Ditadura Militar, ocorre o I Congresso sobre Educação Sexual nas Escolas. Este primeiro congresso e os subsequentes abrem espaço para o debate público sobre a Educação Sexual nas escolas, que ganha destaque na mídia, atendendo a uma crescente demanda da população de falar e ouvir sobre sexualidade (ROSEMBERG, 1985).

Nessa época, no final da década de 1970, a liberação sexual trazia mudanças de comportamento e questionamentos sobre tabus, preconceitos e posturas conservadoras. O sexo aparecia nos filmes e nos *sex shops*. As mulheres conquistaram maior espaço no mercado de trabalho e maior possibilidade de liberdade sexual com a difusão da pílula anticoncepcional (PINHEIRO, 1997). Segundo Ribeiro (2013, p. 12), com a abertura política e o abrandamento da censura, o interesse pela Educação Sexual ressurge

motivado pelos movimentos feministas, pelos movimentos de controle populacional, pela mudança no comportamento sexual do jovem, principalmente devido à pílula como método anticoncepcional, e também pelo avanço da medicina no controle das doenças sexualmente transmissíveis

De acordo com Pinheiro (1997) um dos acontecimentos da época da abertura política que contribuiu para o retorno do debate público sobre a sexualidade diz respeito à Lei de Anistia, promulgada em 1979. Ex-líderes e integrantes de grupos políticos retornaram

⁴ Nessa resenha pensamos encontrar uma possível causa de tal alvoroço: “A turma do gordo resolve ganhar o campeonato mirim de futebol que até ali era ganho anualmente pela escola do professor Giovanni, um italiano fanático, casado com a Filomena. Forma-se, então, um clima de fanatismo em que a obsessão é levada aos extremos limites, invadindo a cidade. Todos ficam loucos – juizes, psicanalistas, advogados, o gordo, o dono do hospício, um leopardo, o Esquadrão da Morte, um marciano. Mas rodada por rodada, implacável como o destino, o campeonato avança, afunila-se a tabela, aproxima-se a grande final. Giovanni faz de tudo para fulminar o adversário, ensina a quebrar perna sem o juiz ver, joga bomba bacteriológica na concentração e Filomena implora que além do futebol Giovanni preste atenção nela”.

ao país trazendo questões que até então não eram consideradas relevantes, referentes ao meio ambiente, às minorias e à sexualidade. Começaram a figurar em discussões temas como o negro no Brasil, a emancipação das mulheres e questões relacionadas ao corpo.

É diante dessa demanda sobre questões relacionadas à sexualidade que surgem experiências nos meios de comunicação de massa, como programas de rádio e de televisão que têm início em 1979 e 1980, comandados por mulheres (ROSEMBERG, 1985). Entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, foram duas mulheres que se destacaram no campo da Educação Sexual e da Sexologia no país: Maria Helena Matarazzo e Marta Suplicy, ambas com formação específica na área da sexualidade. Maria Helena Matarazzo trabalhou em um programa de rádio diário sobre Educação Sexual na Rádio Globo e em dois serviços de orientação sexual por telefone. Marta Suplicy falava abertamente sobre sexualidade em um programa da Rede Globo, o TV Mulher (BEDIN, 2016; RIBEIRO, 2004; RUSSO; ROHDEN, 2011).

Pinheiro (1997) comenta que apesar do clima de “liberdade” sexual, os jovens da década de 1980 sentiam-se perdidos no conflito entre a recente liberação e a postura social conservadora em que viviam até então. Com o advento da AIDS, a sociedade é convocada a voltar a pensar na sexualidade como uma questão social e sobre a necessidade de uma educação voltada a esse tema (PINHEIRO, 1997; SILVA, 2002).

Em 1980, foi desenvolvido um projeto pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) em parceria com o Departamento de Educação da Faculdade de Saúde Pública da USP. O projeto foi composto por duas partes: 1 - estudos preliminares nas escolas da rede estadual de ensino; 2 - experiências piloto em seis escolas da capital, com o treinamento de professores e orientadores educacionais para a inserção de um programa de Educação Sexual na grade curricular, nas disciplinas de Ciências e Programas de Saúde. Outro projeto foi o denominado *Programas de saúde: aspectos do crescimento e desenvolvimento humanos relativos à sexualidade*, em seis escolas públicas da capital paulista, com sua primeira etapa em 1980.

Também em 1980, uma roda de debate com as participantes Marilena Chauí, Maria Rita Kehl e Maria José Werebe põe justamente essa questão em pauta. Com o título *Educação Sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão?* a mesa objetivou problematizar a Educação Sexual ao analisar a quais interesses ela serviria de fato e quais suas possibilidades de realizar uma emancipação efetiva em alguns setores da população.

Cabe perguntar, neste momento, para *que*, ou para *quem* servirá a educação sexual. [...] A educação sexual pode, por exemplo, limitar-se a transmitir unicamente informações de caráter biológico, como a ana-

tomia e a fisiologia do aparelho reprodutor; pode também se restringir a uma abordagem meramente ‘preventiva’ [...] pode ainda ser o veículo apregoador de atitudes repressivas em relação ao sexo [...] Mais importante, porém, é que a educação sexual poderá vir a ser invocada como um veículo que poderá incutir nos jovens atitudes e conhecimentos que os levariam a um comportamento reprodutivo adequado à política demográfica, que parece estar prestes a ser implantada pelo Governo (CHAUÍ; KEHL; WEREBE, 1991, p. 100).

Assim, é levantada pela mesa de debate a questão sobre os reais motivos pelos quais a Educação Sexual estaria novamente em pauta, justamente em um momento de preocupação com o crescimento populacional.

Em relação ao campo do conhecimento sobre o tema na década de 1980, entre 1980 e 1982 são realizados diversos eventos que abordam a sexualidade. O debate também ganha expressividade em produções literárias, possibilitadas pelo abrandamento da censura. No entanto, a liberdade da discussão não era homogênea e ainda suscitou, no início da década de 1980, protestos e ameaças (PINHEIRO, 1997).

Em relação às instituições criadas, em 1980 foi fundada a Associação Brasileira de Educação Sexual (EDUSEX), por Haruo Okawara (ginecologista), Gilda Fucs (psiquiatra), Leon Francisco Lobo (pediatra) e Maria Helena Matarazzo (socióloga). Também em 1980 ocorreu a fundação oficial do Centro de Sexologia de Brasília (CESEX), que utilizava técnicas de Masters e Johnson e ofereceu-se o primeiro curso de sexologia do país (BEDIN, 2016; SILVA, 2002).

Com início em 1984 e término apenas em 1998, deu-se o projeto de Educação Sexual de mais longa duração, na cidade de Campinas, denominado Grupo de Trabalho para Formação e Capacitação de Professores em Orientação Sexual, que inclusive passou a fazer parte da Lei Orgânica Municipal em 1990. O referido projeto organizou o Encontro Nacional de Adolescentes, realizado em Campinas, que reuniu “adolescentes e professores de todo o Brasil que participavam de trabalhos semelhantes em suas cidades e vinham relatar suas experiências” (RIBEIRO, 2004, p. 22-23).

Também iniciado em 1984 e concluído em 1986, deu-se uma segunda etapa do *Programas de Saúde: aspectos do crescimento e desenvolvimento humanos relativos à sexualidade*, chamada de *Sexualidade humana: reflexões e proposta em ação*, que envolveu 11.208 alunos de 70 escolas. Em 1985, foi criado o Centro Avançado de Educação para a Saúde e Orientação Sexual (CAESOS), pela professora Sonia Maria Vilela Bueno. Também em 1985 foi fundada a Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH), como apontam Bedin (2016) e Silva (2002).

Entre 1989 e 1992 foi desenvolvido um novo projeto de Educação Sexual oficializado pela Rede Municipal de Ensino de São Paulo, coordenado por Marta Suplicy e seu grupo, criado em 1987: o Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS). O projeto atingiu 30.000 alunos e 1.105 professores (FIGUEIRÓ, 1998; RIBEIRO, 2004; SILVA, 2002).

Já na década de 1990 são muitas as publicações, projetos, eventos e grupos de estudos sobre sexualidade. De acordo com Bedin (2016), em 1990 foi criado o grupo de estudo Sexualidade e Vida pela professora Maria Alves de Toledo Bruns. No início dos anos 1990, a sexualidade é incluída em currículos de escolas municipais de diversos estados, como São Paulo e Rio Grande do Sul (RIBEIRO, 2004, 2013).

Ainda no início da década de 1990, Russo e Rohden (2011) e Ribeiro (2013) relembram o trabalho das Organizações Não Governamentais (ONGs) na área da sexualidade por meio da atuação em escolas, capacitação de profissionais de educação e saúde, produção de materiais educativos (vídeos, manuais e guias) e prestação de serviços de assessoria e consultoria. Entre essas instituições estão o Instituto Kaplan, o Centro de Educação Sexual (CEDUS), o Centro de Orientação e Educação Sexual (CORES), a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), o Comunicação em Sexualidade (ECOS) e o já citado GTPOS.

Uma iniciativa importante relatada por Pinheiro (1997) diz respeito ao lançamento do *Guia de orientação sexual* (SUPLICY et al., 1994), que foi testado em algumas regiões do Brasil, voltado ao público da pré-escola ao 2º grau. O Guia afirmava como necessários o planejamento e as intervenções sistemáticas, abrindo um canal permanente de comunicação sobre sexualidade com as crianças e adolescentes. O documento orientava, também, a supervisão dos profissionais e o envolvimento dos familiares.

Em 1996, com a aprovação da *Lei de Diretrizes e Bases* (LDB) e o estabelecimento dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN), a orientação sexual obteve reconhecimento oficial quanto à sua necessidade e importância. Trata-se do *sexto momento da Educação Sexual no Brasil*, que parece estar comprometido com o atendimento da necessidade de os alunos vivenciarem plenamente sua sexualidade (RIBEIRO, 2004). Com a implantação dos PCN, a orientação sexual deveria ser trabalhada em todas as disciplinas, de forma transversal (SILVA, 2002).

De acordo com Figueiró (1998), à oficialização dos PCN soma-se o forte impulso que os meios de comunicação, especialmente a TV, deram à questão da Educação Sexual na escola na década de 1990, com a apresentação de depoimentos de estudantes cujo interesse pelo tema era representativo da grande maioria dos educandos.

Pressupunha-se que as questões sexuais seriam dialogadas com maior liberdade, uma vez que os veículos midiáticos, como a televisão, investiram em informações de grande valia, como saúde pública, para a população. Observa-se que a mídia “fala” sobre sexualidade, as famílias ouvem, mas não conversam sobre isso, ou seja, a repressão ainda se faz presente.

Também em 1996, o projeto *Prevenção também se ensina: ação preventiva ao abuso de drogas/DST/AIDS* foi aplicado com crianças e adolescentes das escolas oficiais do estado de São Paulo. O projeto objetivava a capacitação de profissionais da educação para a implantação de ações preventivas às DST e ao uso de drogas no espaço da escola.

Em 1997, foi criado o Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Sexualidade (GPES), vinculado à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), no *Campus* de Marília, por Hugues Costa de França Ribeiro. E em 2000, Paulo Rennes Marçal Ribeiro criou o Núcleo de Estudos da Sexualidade (NUSEX), também vinculado à UNESP, no *Campus* de Araraquara).

Findando os anos 1990, iniciam-se no Brasil, as atividades com internet. Primeiramente ela foi liberada para centros de pesquisas e universidades; alguns anos depois, a população mundial passou a usufruir desse recurso, passando para a rápida conexão.

Os benefícios que a internet proporciona para a humanidade são inúmeros, porém ao estreitar a relação com a sexualidade humana, percebe-se que muitas relações passaram a ser descartáveis. Os relacionamentos tornaram-se mais frios, o olho no olho deixou de existir para muitos, o jogo de paquera, conquista e sedução tornou-se coisa do passado.

Com o avanço da tecnologia, as salas de bate-papo deram espaço para os aplicativos de relacionamentos, os quais atualmente contam com um número significativo de seguidores; porém o que não avançou muito foi a maneira de se relacionar. Esses recursos tecnológicos proporcionam com muita facilidade e agilidade encontros e sexo casual, mas a geração que desfruta dos recursos não provém de uma Educação Sexual emancipatória, livre e libertadora; muitos transferem a carência afetiva e a fragilidade emocional para relacionamentos vazios e se frustram.

Visando uma Educação Sexual emancipatória, é preciso que as escolas oportunizem momentos de diálogos e se envolvam em projetos, nos quais os próprios gestores possam se mobilizar e ver a relevância e importância que o tema apresenta na vida das pessoas.

Referências

- BARROSO, L. de M.; BRUSCHINI, M. C. A. *Educação sexual: debate aberto*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.
- BEDIN, R. C. *A história do Núcleo de Estudos da Sexualidade e sua participação na trajetória do conhecimento sexual na UNESP*. 2016. 154 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2016.
- CHAUÍ, M. *Repressão sexual essa nossa (des) conhecida*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CHAUÍ, M.; KEHL, M. R.; WEREBE, M. J. Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão? *Cadernos de pesquisa*, v. 36, p. 99-110, 1991.
- COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. Revendo a história da educação sexual no Brasil: ponto de partida para construção de um novo rumo. *Nuances*, v. IV, p. 123-133, 1998.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. *Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível*. Londrina: Edue, 2014.
- MARINHO, João Carlos. *Caneco de prata*. São Paulo: Global, [1992]. Resenha do Google Livros. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/CANECO_DE_PRATA.html?id=fSevGwAACAAJ&redir_esc=y&hl=pt-BR>
- PINHEIRO, V. M. dos S. História recente da educação sexual na escola e da sexualidade no contexto da realidade brasileira. *DST Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis*. v. 9, n. 1, p. 4-8, 1997.
- REIS, G. V.; RIBEIRO, P. R. M. Institucionalização do conhecimento sexual no Brasil. In: RIBEIRO, P. R. M. (Org.). *Sexualidade e educação: aproximações necessárias*. São Paulo: Arte & Ciência, 2004, p. 27-71.
- RIBEIRO, P. R. C. Revisitando a história da educação sexual no Brasil. In: RIBEIRO, P. R. C. (Org.). *Corpos, gêneros e sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar*. 3. ed. Rio Grande: FURG, 2013. p. 11-16.
- RIBEIRO, P. R. M. Os momentos históricos da educação sexual no Brasil. In: P. R. M. Ribeiro (Org.). *Sexualidade e educação: aproximações necessárias*. São Paulo: Arte & Ciência, 2004. p. 15-25.
- ROSEMBERG, F. Educação sexual na escola. *Cadernos de Pesquisa*, n. 53, 1985, p. 11-19.
- RUSSO, J.; ROHDEN, F. (Org.) *Sexualidade, ciência e profissão no Brasil*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2011.
- SILVA, O. M. da. Origens da educação (Sexual) brasileira e sua trajetória. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO da UFPI, 2., 2002, Teresina. *Anais...* Teresina: EDUFPI, 2002. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2002/GT.13/GT13_4_2002.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.
- SUPLICY, M. et al. *Guia de orientação sexual: diretrizes e metodologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.
- WEREBE, M. J. G. *A educação sexual na escola*. Lisboa: Moraes Editores, 1977.